



A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DA FRAGMENTADA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Anmaina Andriola Querino¹
Girlandi de Lima²

Cleonice Lopes Nogueira³

Merilainy Dayana Lima Sefarim⁴

Resumo

A política da educação no Brasil tem sofrido as nefastas interferências do projeto neoliberal, na medida em que adéqua o ensino aos seus objetivos. Este processo se reflete na educação superior resultando no direcionamento da formação, nas universidades públicas, para os interesses exclusivos do mercado, assim como, no fortalecimento das escolas privadas, atendendo a necessidade de ampliação numérica de diplomação, em detrimento da qualidade do ensino e da formação. Abordando essa problemática, o presente trabalho dedica-se a uma análise crítica da Política Educacional brasileira, priorizando a educação superior e examinando o perfil desta política na conjuntura contemporânea.

Palavras-chave: política da educação no Brasil, educação superior, privatização da educação.

Abstract

The politics of education in Brazil has suffered the disastrous interference of the neoliberal project, as it suits their teaching goals. This process is reflected in higher education resulting in directing training, public universities, for the exclusive interests of the market as well as the strengthening of private schools, given the need to increase number of diploma, to the detriment of the quality of teaching and formation. Addressing this issue, this paper is devoted to a critical analysis of the Brazilian Educational Policy, prioritizing higher education and examining the profile of this policy in the contemporary conjuncture.

Keywords: education policy in Brazil, higher education, privatization of education.

¹ Estudante Pós-Graduação. Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail:anmainaaq@hotmail.com

² Mestre.Faculdade Santa Maria (FSM). E-mail:assist_soc@hotmail.com

³ Doutor. Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

⁴ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal da Paraíba (UFPB).



1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado do estudo vinculado a uma pesquisa que vem sendo realizada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, tendo como objeto analisar o processo de desenvolvimento da política de educação superior no Brasil, a partir das determinações do capital, buscando resgatar criticamente os rumos da formação profissional, caracterizada pelo redirecionamento da educação pública e o fortalecimento de instituições privatizadas.

Temos vivenciado mundialmente um cenário caracterizado por sucessivas crises de reprodução do capital, cujos mecanismos de superação, têm gerado mudanças no campo produtivo, apoiadas nos ideários neoliberais, que também impõe uma reestruturação do Estado, sobretudo, na formatação de sua concepção moderna. Nesse intento, a sociedade passa a ser direcionada por um regime de acumulação flexível arquitetado na lógica mercadológica, que precariza as formas de trabalho e promove o desemprego. No âmbito público, essas mudanças se expressam nas privatizações das funções do estado, inclusive, no âmbito da educação.

No ensino superior um conjunto de medidas governamentais vem, nos últimos anos, estimulando à expansão do setor privado em detrimento do setor público, cujo resultado tem se expressado na proliferação desordenada de cursos universitários em condições que comprometem a qualidade da formação dos profissionais, principalmente pelo grande número de cursos à distância. A ordenação desses cursos em tempo mínimo e apoiados em teorias fluidas e esquemáticas, desvinculados de pesquisa e produção de conhecimento, assim como da extensão, caracteriza o aligeiramento do processo de formação dos profissionais. A direção desse processo focaliza-se na lógica do mercado capitalista, o qual dispensa o aprofundamento do conhecimento, capaz de garantir um saber amplo, consistente e crítico. Nessa perspectiva, incentiva-se uma formação tecnicista pautada no saber fragmentado e superficial, que privilegia o fazer imediato, designado como tarefas normatizadas, inerentes ao processo de produção e reprodução da sociedade.



Apoiando-se nesses parâmetros apresentamos a seguir, o debate sobre os rumos da política de educação brasileira mais especificamente no que consiste ao ensino superior, considerando o processo de mercantilização no qual essa modalidade do ensino está submetida no Brasil.

2. A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA NA CONJUNTURA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Historicamente falando, foi a partir do desdobramento da questão social que se processou o reconhecimento por parte do Estado de políticas que levassem em consideração os interesses populares. No entanto, para apreender o verdadeiro sentido dessas políticas faz-se necessário analisar o posicionamento assumido e as ações propostas pelos diferentes grupos dominantes, compreendendo as forças envolvidas no processo de desenvolvimento da Política de Educação no Brasil. Nesse sentido, Santos discute que as políticas sofrem modificações quando a “elite política” (1979, p.59) também as sofre, justamente quando os seus interesses políticos e econômicos são alterados. Essas mudanças políticas e paradigmáticas são produzidas no seio das próprias instituições, sejam elas, públicas ou privadas, buscando manter o controle social e definindo novas metas a serem alcançadas. Portanto, tudo isso supõe mudanças estratégicas na concepção das políticas públicas.

Resgatando brevemente os determinantes históricos das mudanças nas políticas sociais no Brasil, no processo de articulação de suas forças políticas e econômica, observamos que no período entre a década de 1930, e de 1960, mesmo “[...] em países periféricos como o Brasil, que ficou de fora do horizonte societário instaurado pelas experiências welfaristas [...]” (GOMES, 2011, p. 103), já começava a ser dado um tratamento político à questão social, a partir da criação de políticas que visavam o atendimento das necessidades sociais. Este período é reconhecido como populista/desenvolvimentista em que ocorre a passagem da economia agroexportadora para o modelo urbano-industrial e a criação de grandes empresas estatais. No entremeio desse processo de industrialização, já se observa a ampliação da abertura da economia ao capital estrangeiro por meio da internacionalização do mercado e dos planos



econômicos. Assim, mesmo passando a ser tratada politicamente, a questão social é subordinada aos interesses econômicos, o que pode ser perfeitamente observado no setor educacional.

Quanto à educação, segundo Cignoli (1985), durante o Estado Novo a política educacional controlada pelo Estado se esforçará por “[...] transformar o sistema educacional em um instrumento eficaz para adaptar a força de trabalho às novas necessidades do sistema produtivo” (p.80). Nesse intermédio, enquanto a burguesia requeria escolas elitizadas - a maioria de caráter privado -, os mais pobres se inseriam nas escolas técnicas. É na década de 1930 que surgem as regras para o financiamento da rede de ensino e se definem os níveis escolares, além do caráter obrigatório do ensino primário regidos pela Constituição de 1934. Dando continuidade, a Constituição de 1937 também prioriza o ensino profissionalizante direcionado as classes menos favorecidas, o que se concretiza na criação de escolas de aprendizagem, pelas indústrias e sindicatos, direcionadas aos filhos dos empregados e de “escolas técnicas profissionalizantes” (CIGNOLI, 1985, p. 80), pelo governo.

Subsequente a isso, o período populista iniciado em meados de 1940 e que se estende até a década de 1960, é marcado pela construção e aprovação, em 1961, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. A referida lei se concretizará nos anos que se seguem modificando o sistema de ensino, no que diz respeito aos currículos e a relação entre professores e alunos. Esta lei passa a sofrer alterações significativas a partir de 1996 que a direcionam ao projeto neoliberal.

A LDB confere os mesmos direitos de ensino ao setor público e ao privado; omitindo a gratuidade do ensino prevista na constituição de 1946, estabeleceu em casos precisos a possibilidade de o Estado subvencionar as escolas privadas (CIGNOLI, 1985, p.70).

Percebe-se a partir daquelas décadas, o incentivo ao setor privado em detrimento do setor público, a própria Constituição de 1967 fortalece o ensino privado, favorecendo as bolsas de estudo. Nesse percurso havia um objetivo de impulsionar alunos de segundo grau para o mercado de trabalho através de escolas adaptadas, com o intuito de diminuir o número de candidatos aptos ao ensino superior. Nesse sentido esses mecanismos funcionando como uma estratégia do governo e do setor privado.



Ainda na década de 1960, a partir dos movimentos sociais e estudantis surge à reforma universitária atrelada a reivindicação de professores e alunos para democratizar a universidade. No entanto, esta reforma é inviabilizada pela burguesia que “[...] ao tomar uma bandeira que não era e não poderia ser sua, corrompeu-se a imagem da reforma universitária e moldou a sua feição” (FERNANDES, 1975, p. 154, *apud* LIMA, 2012, p. 6). Esse fator foi condicionado pela política do regime ditatorial, que entra em vigor nesse período retrocedendo todas as manifestações que pudessem de fato privilegiar a ampliação dos direitos sociais, numa defesa inquestionável do setor econômico.

No período ditatorial, como argumenta Cignoli (1985) o incentivo ao segundo grau profissionalizante bem como o aumento de vagas e facilidades no curso superior se ressignificam, “[...] os estabelecimentos privados começaram a fazer do ensino um negócio; quanto mais a demanda insatisfeita pela universidade pública aumentava, mais florescia o negócio dos estabelecimentos privados”,(p.85). Nessa lógica, parte dos estudantes da educação pública básica, que se encontravam impossibilitados de concorrer às vagas das instituições de ensino superior público, tiveram, por meio de bolsas, o incentivo ao ensino privado.

Nos anos 1980, porém, o cenário de luta da sociedade brasileira se reconstitui, impulsionando o processo de reorganização política dos trabalhadores através dos sindicatos, partidos políticos, que vão reconfigurar uma nova fase dos movimentos sociais. Como resultado, das lutas empreendidas nessa organização, a Constituição de 1988 aponta para uma perspectiva de cidadania, ampliando os direitos sociais e políticos. Entretanto, no decênio de 1990, indicadores de pobreza, como: desemprego e precarização das relações de trabalho, indicam o aprofundamento dramático e veloz da exclusão social no Brasil. Neste panorama, as políticas públicas passam a ser transformadas em objetos de reformas e ajustes neoliberais. Segundo Boschetti (2009) os neoliberais consideram nocivas para o fator econômico as políticas sociais experimentadas em alguns países, a partir da expansão do Estado de Bem-Estar Social, consolidado depois da 2ª Guerra Mundial, depreciando também o movimento operário e os sindicatos dos trabalhadores.

Esse período é caracterizado pela política de Fernando Henrique Cardoso que de acordo com Iamamoto (2009) proporcionou a diminuição das taxas de inflação, mas não



possibilitou a concepção de políticas equitativas. Marcado pela financeirização e pelas privatizações, esse período ocasionou o crescimento do desemprego e a precarização do trabalho. Conforme Lima (2012), na perspectiva privatista cresce o número de cursos à distância, e se configura o processo de aligeiramento dos cursos superiores e o número de certificação. Também no âmbito das escolas superiores, inclusive as públicas, começam a emergir cursos pagos de pós-graduação e mestrados de caráter profissionalizante.

Dando continuidade a essa conjuntura, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva dá continuidade à essa política econômica neoliberal, conduzida a contrarreformas no decorrer dos anos 2000, Nesse período, a política de educação brasileira é conduzida, nos seguinte parâmetros:

“[...] privatização e mercantilização da educação superior através (i) do aumento do número de IES privadas e do financiamento público indireto para o setor privado via FIES e PROUNI; (ii) da privatização interna das IES públicas via cursos pagos, parcerias universidades-empresas e fundações de direito privado e (iii) do produtivismo que atravessa e condiciona a política de pesquisa e de pós-graduação conduzida pela CAPES e pelo CNPq” (LIMA, 2012, p. 14-15).

Ademais, outra característica importante sobre a condução dessa política no governo Lula é a “certificação em larga escala” (LIMA, 2012, p. 18), medida adotada pelo governo através da ampliação da Educação à Distância (EAD) e da viabilização do Programa Universidade para Todos (PROUNI) nas instituições privadas, proporcionando a ampliação da quantidade de alunos, sem as condições necessárias à garantia de qualidade da formação. Essa medida também tem funcionado como instrumento de viabilização do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) cujo objetivo principal é ampliar a inserção social nas universidades federais, sem, entretanto, dispor das condições mínimas necessárias para garantir qualidade aos cursos de formação superior.

É nesses termos que são legitimadas políticas e programas de cunhos compensatórios, cuja retórica é sanar os agravos decorrentes da política econômica para a sociedade.



Nessa lógica neoliberal, o processo educacional brasileiro é adaptado às necessidades, de favorecer ao crescimento de instituições educacionais, rentáveis ao capital e de qualidade duvidosa, favorecendo ao aumento de diplomados desempregados. A trajetória das políticas públicas no Brasil é, portanto, caracterizada pelo esforço do Estado em garantir a ampliação da capacidade reprodutiva do capital pelo crescimento dos lucros em espaços, antes, considerados de interesse público.

Esse processo tem resultado na absoluta precarização da Educação Superior. Como vimos, no Brasil a educação formal e, mais especialmente, a formação profissional e a produção de conhecimento têm sofrido alterações determinadas pelo movimento de subsunção desta pelo capital e conseqüente banalização de seu conteúdo. Dentre os diferentes mecanismos de precarização que debilita a formação acadêmica, destaca-se a expansão do ensino privado. Corroborando com essa análise Cislighi (2011), defende que:

[...] a intensa privatização do ensino superior bem como o crescimento do ensino à distância são evidentes **retrocessos** na perspectiva de uma formação crítica, é necessário, sobretudo a partir das mudanças iniciadas no governo Lula, atentar para as contrarreformas em cursos a título de “reestruturação” no interior das universidades públicas. (p.242-243, grifo nosso).

Segundo o censo de Educação Superior realizado em 2010, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), existem no Brasil 2.378 instituições de educação superior, das quais 88,3% são privadas, 4,5% estaduais, 4,2% federais, e 3,0% municipais. Ver-se que os dados validam as análises apresentadas acima, as quais Behring & Boschetti (2010), denominam de mercadorização do ensino.

Considerando que a formação profissional passa a figurar agora como um espaço de empreendimento e reprodução do capital, a grande maioria dos investimentos privados tem priorizado cursos de baixo custo, que não exigem grandes investimentos com equipamentos, estruturas físicas específicas, como laboratórios, clínicas, estúdios e outros do gênero. Assim, “a maioria das entidades privadas tem privilegiado a criação de cursos que envolvem pouco risco econômico, como direito, ciências sociais,



administração e educação, deixando por conta das universidades públicas os cursos mais caros [...]” (BIM, 2005, *apud* SILVA, p.415).

Para além dessas constatações mais contemporâneas temos observado que ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista a educação formal tem se transformado em campo de empreendimento lucrativo do capital, servindo às estratégias neocapitalistas para escapar das longas crises de acumulação no setor produtivo industrial. Isso configura o campo educacional como o mercado da educação, mais precisamente no âmbito do ensino superior.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, concluímos que a política de educação do Brasil, vem promovendo um processo de mercadorização da educação superior, o que tem causado impactos negativos no ensino e na formação profissional. Esta política, assim como a de saúde e previdência, tem sido conduzida para a esfera da reprodução do capital, o que lhe confere uma feição tecnicista, fragmentada, pautada em conhecimentos fluidos, através de uma rede de ensino precário, submissa às intenções do capital de manter um exército de diplomados sempre a serviço do mercado. Este exército, sobretudo dos profissionais não inseridos no mercado, tem justificado a desvalorização salarial além de uma falsa necessidade de ampliação de vagas nas instituições de ensino superior.

Ao nos atentarmos para os diferentes períodos históricos, vimos que desde o princípio, a educação brasileira tem sido ameaçada pelos interesses de setor econômico, os quais são impostos aos processos educativos por meio de estratégias do Estado na construção de sua política da educação. As instâncias do Estado, a quem caberia à tarefa de criar e recriar políticas públicas de educação competentes e eficazes, têm conduzido o processo educativo de formação do país em seus diferentes níveis desvinculada da produção de um conhecimento amplo e fecundo, ético, político e crítico sobre a participação dos indivíduos na reprodução dessa sociedade, o que tem debilitado fundamentalmente o processo de educação profissionalizante. Assim, essa política de educação segue marcada pela privatizações do ensino e sua mercantilização, caracterizando um impetuoso produtivismo acadêmico, que para além de assegurar um



debate e uma produção teórica melhor qualificado, serve a um tecnicismo exacerbado a serviço do mercado de capitais.

Sob a lógica capitalista, ao tempo em que as instâncias de formação acadêmicas são transformadas em mercado de investimento e acumulação do capital, também tem seus projetos acadêmicos pedagógicos direcionados para produzir profissionais cujo saber técnico seja orgânico ao modo de produção e reprodução dessa formação social. No entanto, partindo da crítica a essa lógica, podemos concluir, também, que formar profissionais para lidar com a geodinâmica societária, entendendo suas contradições e reconhecendo a dimensão política de suas práticas supõe uma formação de qualidade, que articule a instrumentalidade teórica com a realidade da prática profissional a partir um método que permita o conhecimento da totalidade parcial dos seus determinantes, por meio da pesquisa, do ensino e da extensão, no espaço da vida cotidiana dos homens.

Somente por esse caminho será possível, uma formação provida dos fundamentos teóricos críticos, necessários à construção de uma postura ético-política dos profissionais, apoiada em referenciais teórico-metodológicos consistentes e capazes de oferecer uma efetiva capacidade para a leitura crítica da realidade social e uma compreensão de suas relações e seus processos sociais. Tudo isso exige uma visão macroscópica, capaz de instrumentalizar os profissionais para o ajuste das práticas sociais às mudanças da sociedade.

REFERÊNCIAS

BEHRING Elaine; BOSCHETTI Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 2. ed. São Paulo: Cortez – (Biblioteca Básica de Serviço Social; v,2).2010.

CIGNOLLI, Alberto. **A política de educação**. In: Estado e força de trabalho: Introdução à política social no Brasil. Ed. Brasiliense, 1985.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. **A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreformas do ensino superior: o impacto das mais recentes propostas do governo Lula**. Serv. Soc. Soc. [online]. São Paulo, n. 106, p. 241-266, abr./jun. 2011.



GOMES, Cláudia M^a Costa. **O caráter reificado da modalidade de enfrentamento da questão social no campo contraditório de negação e afirmação de direitos.** *In:* Direitos Humanos e Serviço Social: Polêmicas, debates e embates. (orgs.) Valéria Forti et ali. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil.** *In:* Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 2009.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em: 05 de Junho de 2012.

LIMA, Kátia. **Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século.** *In:* Serviço Social e Educação (orgs.) Larissa Dahmer Pereira et ali. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça:** a política social na ordem brasileira. Editora Campus LTDA. Rio de Janeiro, 1979.

SILVA, Ricardo Silvestre da. **A formação profissional crítica em Serviço Social inserida na ordem do capital monopolista.** *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2010, n.103, pp. 405-432.